

O AUDITOR E A " (DES) CONTINUIDADE "

Luis Lima Santos
Contabilista

Docente na Univ. Fernando Pessoa

1) Introdução

Sem retirar importância às demonstrações das alterações e composição do património, da formação dos resultados e dos fluxos de fundos, cuja informação acerca do desempenho é privilegiada, a demonstração dos fluxos de caixa, permite a obtenção de informação, até então ignorada, acerca da forma como a empresa gera e utiliza dinheiro, num período em análise.

Na nossa opinião, os fluxos de caixa representam uma variável essencial na análise da liquidabilidade, da viabilidade e da flexibilidade financeiras¹ e na definição estratégica dos negócios das empresas, nomeadamente ao nível do investimento e do financiamento.

Desde que o conceito de "cash-flow" apareceu, nos Estados Unidos², o mesmo tem assumido diversas acepções; a tradução literal da expressão "cash-flow" significa fluxo de caixa, «todavia, a maneira de apresentar a formação do cash-flow tem variado e por isso também a sua definição»³.

A multiplicidade conceptual tem assentado, principalmente, em dois pilares:

- o conceito tradicional de autofinanciamento, ou seja, a soma dos resultados líquidos com as reintegrações e com a variação das provisões⁴; e
- o conceito contemporâneo de fluxo de caixa, isto é, de fluxo de tesouraria; este pilar conceptual pode ser definido como os fluxos de entradas e saídas de dinheiro e de equivalentes a dinheiro; «é o conceito dinâmico, que se contrapõe ao estático»⁵.

Com este artigo procuramos a relação entre o trabalho do auditor e a continuidade da empresa, em favor da prevenção do fracasso empresarial e da avaliação do desempenho; para atingir estes propósitos preferimos, para o cash-flow, o conceito de fluxos de caixa.

2) Resultado líquido vs fluxos de caixa

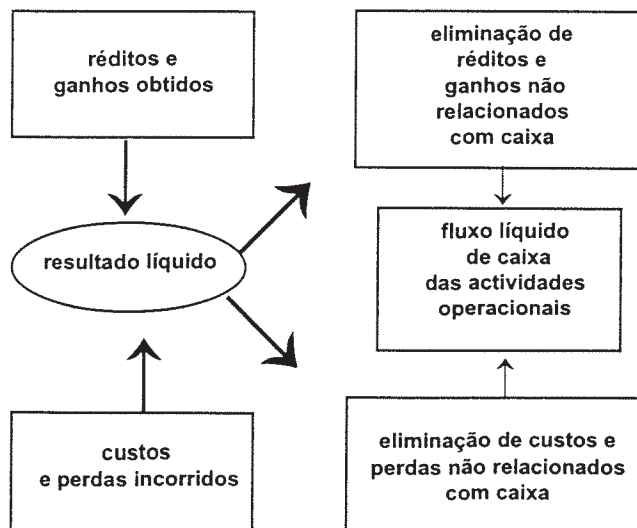
É normal que nas empresas os problemas se prendam com a viabilização dos negócios, perspectivando o lucro; no entanto, o lucro já não é o que era... e resultados líquidos avultados não representam garantia de que existe dinheiro para solver os compromissos operacionais e de financiamento do investimento. A propósito das dúvidas geradas em torno da utilidade, Jane Aubert-Krier, refere que «o cash flow é frequentemente utilizado para colmatar as insuficiências da noção de lucro»⁶.

São pequenos grandes problemas, que originam questões cuja finalidade é compreender a diferença entre o resultado líquido (apurado na base do acréscimo) e os fluxos de tesouraria ou de caixa.

Apesar das diferenças conceptuais, John G. Helmkamp relaciona a base do acréscimo com a base de caixa, na determinação dos fluxos de caixa provenientes da actividade operacional, através da seguinte tabela de conversão⁷:

demonstração dos resultados base do acréscimo		ajustamentos	demonstração dos resultados base de caixa
rédito das vendas		+ saldos iniciais: contas a receber	recebimentos de clientes
menos		- saldos finais: contas a receber=	
↓			↓
custo das existências vendidas		- saldos iniciais: existências	menos
↓		+ saldos finais: existências	↓
menos		+ saldos iniciais: contas a pagar	pagamentos a fornecedores
↓		- saldos finais: contas a pagar=	↓
custos e perdas		- saldos iniciais: custos diferidos	menos
↓		+ saldos finais: custos diferidos	↓
menos		+ saldos iniciais: acréscimos custos	pagamentos de custos
↓		- saldos finais: acréscimos custos=	↓
igual		- custo depreciação (reintegração)	igual
↓			↓
resultado líquido base do acréscimo			resultado líquido base de caixa

Resumidamente, Donald E. Kieso e Jerry J. Weygandt⁸, apresentam as diferenças entre o resultado líquido e o fluxo de caixa, nas actividades operacionais:



3) O relato por actividades

Os componentes da demonstração dos fluxos de caixa, permitem classificar os fluxos de caixa de acordo com o tipo de actividade que os originaram; em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) reconhece a importância de fazer acompanhar as demonstrações contabilísticas de informação quanto aos fluxos de dinheiro gerados e utilizados pelas actividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa:

-A divulgação de demonstrações de fluxos de caixa adequadamente normalizadas aparece claramente como requisito indispensável para a correcta avaliação da evolução e perspectivas das empresas⁹ e -para a avaliação das mudanças na posição e estrutura financeira... incluindo a sua liquidez e solvabilidade, e da sua capacidade de adaptação financeira a novas circunstâncias e oportunidades... melhora a comparabilidade da informação.¹⁰

O modelo exigido pela CMVM consta da directriz contabilística n.º 14, que apresenta grandes afinidades com o modelo incluído na norma internacional de contabilidade n.º 7, «*cash flow statements*»; também o *International Accounting Standards Committee (IASC)* defende, nos parágrafos 103 e 104¹¹ do *exposure draft E53*, que as empresas devem relatar os fluxos de caixa de acordo com aquela norma internacional de contabilidade.

Deste modo, os fluxos podem ser provenientes de actividades:

- operacionais, que indicam a capacidade de a empresa gerar meios de pagamento suficientes;
- de investimento, que representam a extensão dos dispêndios feitos para obter recursos cuja finalidade é gerar resultados e fluxos de caixa futuros; e
- de financiamento, que permitem estimar as necessidades de meios de pagamento e de novas entradas de capital, bem como proporcionar aos financiadores informação sobre a capacidade de serem reembolsados.

A tipificação por actividades das operações que originam os recebimentos e os pagamentos pode ser apresentada em conformidade com o seguinte quadro¹²:

<p>ACTIVIDADES OPERACIONAIS Influxos de caixa venda de bens e serviços juros de empréstimos e lucros ou dividendos de partes de capital Exfluxos de caixa fornecedores de existências pessoal Estado (impostos) credores (juros) outros (custos)</p>	<p>demonstração dos resultados</p>
<p>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO Influxos de caixa alienação de terrenos, edifícios e equipamentos alienação de títulos e obrigações e de partes de capital amortização de empréstimos concedidos a terceiros Exfluxos de caixa aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos aquisição de títulos e obrigações e de partes de capital empréstimos concedidos a terceiros</p>	<p>generalidade activos longo prazo</p>
<p>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO Influxos de caixa partes de capital, prémios de emissão e prestações suplementares emissão de títulos e obrigações Exfluxos de caixa dividendos amortização e aquisição de acções (quotas) próprias</p>	<p>generalidade passivos longo prazo e capital próprio</p>

4) Os métodos de apresentação

O parágrafo 18 da norma internacional de contabilidade n.º 7, permite a utilização de dois métodos¹³ de descrever as actividades operacionais: o método directo e o método indirecto.

Pensamos ser preferível¹⁴ a utilização do método directo na determinação dos fluxos de caixa das

actividades operacionais, dado que, além de ser aquele que proporciona informações mais detalhadas e completas, facilita a preparação de estimativas sobre futuros fluxos de caixa não possíveis pela utilização do método indirecto¹⁵.

5) A continuidade: pressuposto base ou princípio contabilístico?

Na opinião de Jorge Tua Pereda¹⁶ a evolução da regulamentação contabilística divide-se em três etapas:

- a empírica, em que as regras eram resultado da experiência;
- a lógica, em que as regras fluíam de um raciocínio lógico-dedutivo; e
- a teleológica, em que os objectivos e as características qualitativas da informação contabilística passam a ser determinados em função das necessidades dos utilizadores.

Aquele investigador defende que, do ponto de vista doutrinário e epistemológico, «*los intentos racionalizadores de la disciplina contable han utilizado itinerarios lógico-deductivos tendentes a su formalización, consiguiendo así también la racionalización del término principio contable*»¹⁷; entende, portanto, que o conceito de princípio contabilístico inclui os fundamentos básicos da disciplina contabilística (qualquer que seja a sua natureza conceptual) e as regras aplicáveis a situações específicas.

A necessidade de uma linguagem informativa comum, potenciou a importância dos princípios contabilísticos para os peritos contabilistas, para os auditores e para os utilizadores: orientam na preparação da informação contabilística; servem de ponto de referência na certificação da fiabilidade das contas; e visam assegurar a comparabilidade da informação. Esta importância não deve, contudo, obviar que os princípios contabilísticos, apesar de adjectivados de “geralmente aceites”, resultam do reconhecimento¹⁸ geral (não total) de determinadas práticas contabilísticas; acrescenta Carlos Baptista da Costa¹⁹, o facto de não ser necessário que um princípio contabilístico tenha de ser “legalmente definido” para ser considerado “geralmente aceite”.

De facto, em Portugal, a directriz contabilística n.º 18, da CNC, sublinhando o privilégio por uma perspectiva conceptual de substância económica para o relato financeiro, subordina os princípios contabilísticos geralmente aceites (sob a forma de diploma legal, ou não), a uma hierarquia decrescente:

- 1.º) os constantes do plano oficial de contabilidade;
- 2.º) os constantes das directrizes contabilísticas; e
- 3.º) os divulgados nas normas internacionais de contabilidade pelo IASC.

Considerado por José R. Braz Machado²⁰ como um princípio contabilístico fundamental, a continuidade da empresa presume a continuação da sua situação geral, ainda que as condições económico-financeiras se alterem constantemente; espera-se que os activos das empresas tenham continua utilidade para os fins gerais para que foram adquiridos, e que os seus passivos sejam pagos no vencimento.

Portanto, para efeitos de mensuração presume-se que a empresa se constitui, regra geral²¹, para ter uma vida longa e que só ocasional e indefinidamente acabará, pelo que os resultados provenientes da utilização dos recursos são apurados numa base de existência da empresa a longo prazo²². Apesar de alertarem eventuais perigos, esta é, também, a opinião de David Alexander e de Christopher Nobes²³ relativamente à continuidade da empresa:

“*This important convention states that in the absence of evidence to the contrary, it is assumed that the business will continue for the foreseeable future. This*

convention has a major influence on the assumptions made when evaluating particular items in the balance sheet. The convention allows the assumption that stock will eventually be sold in the normal course of business, i.e. at normal selling prices. It allows for the principle of depreciation.

Em sentido diverso, o IASC assume, na estrutura conceptual, dois²⁴ pressupostos que considera fundamentais na preparação das demonstrações contabilísticas: o “regime do acréscimo” e a “empresa em continuidade”.

De acordo com o regime contabilístico do acrécimo, os efeitos das operações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, não quando se recebe ou paga o dinheiro ou o seu equivalente, sendo registados nos livros de escrituração e relatados nas demonstrações contabilísticas dos períodos com os quais se relacionem; estas demonstrações informam sobre operações passadas que implicam pagamentos e recebimentos de dinheiro e sobre obrigações de pagar e direitos de receber dinheiro, no futuro. Admite-se que a empresa não tem a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua actividade, pelo que se considera em continuidade num futuro previsível, pressuposto a partir do qual são normalmente preparadas as demonstrações contabilísticas.

Também Donald E. Kieso e Jerry J. Weygandt consideram²⁵ que os conceitos de reconhecimento e mensuração têm origem em quatro pressupostos básicos: a entidade económica, a unidade monetária, a periodicidade e a continuidade.

Entendida como pressuposto base ou como princípio contabilístico geralmente aceite, a continuidade tem uma grande importância na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência, em síntese, no assumir da viabilidade técnica, económica e financeira das empresas.

6) Problemas para o auditor

Begoña Giner Inchausti e outros autores defendem que a contabilidade na base do acréscimo oferece um maior suporte de informação pelo que carece, apenas, da divulgação de informação adicional:

“... la mayor implicación que suponen los resultados obtenidos, estriba en el hecho que aunque el principio del devengo parece ofrecer un mayor contenido informativo que el de caja para explicar el riesgo de mercado, la capacidad explicativa incremental de la decomposición del resultado y, particularmente, la información sobre ajustes a largo y corto plazo nos sugieren la conveniencia de la divulgación de estados de flujos de tesorería. Estos resultados obtenidos no cuestionan el tradicional sistema contable, pero sostienen la necesidad de la divulgación de información adicional.”²⁶

A divulgação de informação adicional compreende, na opinião daqueles autores, o relato de informação relativa aos fluxos de caixa; no mesmo sentido, José M.²⁷ Gay Saludas²⁷, refere que o conceito de resultado líquido está contagiado de forte dose de subjectividade uma vez que está exposto aos princípios e normas contabilísticas e, em ocasiões diversas, o fim justifica os meios...

Na nossa opinião, há duas questões que o auditor deve privilegiar na relação entre os fluxos de caixa e a empresa em continuidade: a avaliação do desempenho e a prevenção da insolvência; é que “... mesmo os negócios lucrativos vão à falência, se ficarem sem dinheiro!”²⁸.

Os primeiros estudos que tentaram relacionar a informação contabilística com o desempenho atribuíram-lhe importância na medida em que, além

de permitir estudos do comportamento dos preços de mercado após a sua divulgação, servja os modelos de predição do (in)sucesso empresarial²⁹; outros autores atribuem maior importância ao facto da demonstração dos fluxos de caixa permitir, além de uma análise mais adequada do desempenho da empresa, a estimativa de fluxos de caixa; os fluxos de caixa são, portanto, importantes quer na avaliação do desempenho (informação passada), quer na avaliação de decisões económico-financeiras (informação previsional).

Constituem exemplos, as opiniões:

- de Alfonso A. Rojo Ramirez:

“... the cash flow statement improve the information that companies disclose, aiding the financial report users... a suitable presentation of the cash flow statement would contribute to a better analysis of the company, giving information about real liquidity and financial flexibility. We can, also, estimate future cash flows and use it for to value the company.”³⁰

- e de Bogoña Giner Inchausti e Amparo Sancho Pérez:

“... el objetivo prioritario de los estados financieros es dar información útil para inversores... y acreedores, para predecir, comparar y evaluar sus potenciales flujos de caja... la propia dinámica empresarial orientada a la obtención de beneficios, no puede dejar de lado la preocupación por prever los flujos de caja, y en particular los derivados de las operaciones, a fin de asegurar la supervivencia de la propia entidad.”³¹

Se a informação preparada na base do acréscimo permite apurar a rentabilidade passada utilizando o resultado líquido, já a informação preparada na base de caixa permite evidenciar o desempenho e certificar a adequação das demonstrações contabilísticas (passado), utilizando os fluxos líquidos de caixa, e justificar decisões económico-financeiras (por exemplo, com o cálculo do valor actual líquido e da taxa interna de rentabilidade) recorrendo aos fluxos (futuros) de caixa descontados; portanto, esta dupla virtude, de avaliar o passado e prever o futuro, permite a utilização da informação contabilística, quer na base do acréscimo, quer na base de caixa. Mesmo o facto de a estrutura conceptual do IASC admitir que a avaliação do desempenho é efectuada, singularmente³², através da demonstração dos resultados, não dissimula o facto de considerar os fluxos de caixa como uma das demonstrações que integram o relato económico-financeiro.

Após a análise de documentos considerados relevantes³³ é possível elencar a preferência pelo tratamento específico de algumas situações que constituem coordenadas para a atenção do auditor: recebimentos e pagamentos numa base líquida; moeda estrangeira; rubricas extraordinárias; juros e dividendos; imposto sobre o rendimento; investimentos em “opções empresariais”; aquisições e alienações de actividades empresariais; operações que não envolvam movimentos de caixa; componentes de caixa e equivalentes a caixa; e outras informações relevantes³⁴. Devido às sucessivas crises económicas, com reflexos no fracasso empresarial, questionou-se qual a responsabilidade do auditor na predição da descontinuidade das empresas; as posições da *Fédération des Experts Comptables Européennes (FEE)*, do *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* e do *Auditing Practice Committee (APC)* são apresentadas por Francisco Gábas Trigo³⁵ e, para as três instituições, resumem-se em cinco pontos comuns: 1. salvo evidência contrária, presume-se a empresa em continuidade;

2. a continuidade poderá ser quebrada, entre outros motivos, por via da insolvência, de problemas económicos, de deficiências da gestão, de conflitos legais ou laborais e de acidentes ou catástrofes sem seguro;
3. no caso de se confirmar a não continuidade ou existirem dúvidas sobre a continuidade da empresa, os procedimentos de auditoria devem ser alterados e descritos com detalhe; são exemplos, os testes substantivos relativos à situação económico-financeira, recolha de provas internas e externas;
4. quando exista uma alta probabilidade de fracasso ou forte redução da actividade empresarial devem ser aplicados critérios de valorimetria de liquidação para os activos e para os passivos; auditor terá que avaliar os factores negativos e os positivos pelo que o trabalho de auditoria deve ser alargado às relações da empresa com terceiros (fornecedores, clientes e instituições financeiras) e debatido com a direcção da empresa, para melhor julgar sobre a continuidade, ou não, da empresa; e
5. as conclusões, que devem estar devidamente documentadas nos papéis de trabalho, servirão de base para a opinião do auditor que, de modo algum, não representa uma previsão de acontecimentos futuros nem assegura, por si só, a continuidade da empresa.

E estes cinco pontos são mais importantes se constataremos, tal como Taffler e Tseung, que: «... la mayor parte de las empresas que fracasaron no contaban con un informe desfavorable por razones de gestión continuada en sus estados financieros previos a la declaración de insolvencia, mientras que la mayor parte de las empresas con informe desfavorable por este motivo no fracasaron»³⁶.

7) Conclusões

A informação contabilística é preparada para uma diversidade de destinatários, potenciais utilizadores, que assumem objectivos virtualmente diferentes; no entanto, aquela informação não difere no seu modo de apresentação e na sua plenitude, o que suscita, desde logo, dúvidas quanto ao hipotético valor informativo de que aquela possa estar investida; sugerindo um modelo alicerçado na utilidade percebida, a informação será mais, ou menos, importante na medida em que os utilizadores lhes reconheçam, ou não, vantagens:

- os administradores, directores ou gerentes precisam de ajuda na tomada de decisões económico-financeiras;

- os investidores procuram concluir acerca da capacidade de determinado negócio gerar dinheiro;
- o governo espera que uma tributação adequada resulte em receitas fiscais;
- os credores procuram respostas na análise do risco dos seus créditos;
- os clientes visam garantir a continuidade dos fornecimentos de bens e serviços;
- os colaboradores precisam de sentir segurança;
- os estudiosos buscam a compreensão e explicação dos fenómenos no mundo dos negócios; e
- em geral, procuram-se soluções para a sistematização do sucesso.

Se o conceito de "imagem fiel" (verdadeira?) é ultrapassado pelo conceito de "imagem fidedigna" (adequada ou merecedora de crédito), já a tarefa da preparação da informação contabilística pressupondo a continuidade da empresa permanece reservada ao perito contabilista; por outro lado, a certificação das demonstrações contabilísticas pressupondo a continuidade da empresa constitui um potenciador da utilidade e é tarefa do auditor.

Princípio contabilístico geralmente aceite, ou pressuposto fundamental, a continuidade da empresa não significa a fixação das quantias monetárias pelas quais os elementos devam ser reconhecidos nas respectivas demonstrações contabilísticas, pois as bases de valorimetria são utilizadas em graus diferentes e em várias combinações, nos elementos das demonstrações contabilísticas.

Ao auditor é recomendada a verificação da correcta aplicação do princípio, ou pressuposto, "empresa em continuidade" no sentido de se pronunciar sobre a possibilidade de não continuidade da empresa submetida a exame. Actualmente o auditor não conta com elementos e conhecimentos específicos que lhe permitam a predição e, consequentemente, a prevenção da insolvência, uma vez que não existem teorias que a relacionem com causas económicas; restam ao auditor a sua experiência e o seu juízo profissional.

Torna-se urgente estudar as causas da insolvência e da falência; os negócios têm uma dinâmica (empresa em continuidade) que pode ser avaliada quer pela sua solidez e crescimento, quer pela análise do comportamento de várias grandezas; das quais destacamos os fluxos de caixa. **APPC**

1) Opinião comungada por David Chopping e Len Skerratt. (1996: 481)

2) Segundo H. Caldeira Menezes (1991: 112), num relatório da sociedade Northern Central Railroad, em 1863

3) Rogério Fernandes Ferreira (1985: 319)

4) Exceptuam-se as provisões para cobranças duvidosas e as provisões para depreciação de existências que, podendo implicar não recebimentos, constituem regularizações de activos.

5) Francis P. Hanglin (1985: 11)

6) (1988: 46)

7) (1990: 797)

8) (1992: 1278)

9) Regulamento n.º 93/11 da CMVM

10) Recomendação n.º 93/1 da CMVM

11) "IAS 7 sets requirements for the presentation of the cash flow statement and related disclosures. It states that cash flow information is useful in providing users of financial statements with a basis to assess the ability of the enterprise to generate cash and equivalents and the need of the enterprise to utilize those cash flows."

12) Kieso e Weygandt (1992:1275) e Weygandt, Kieso e Kell (1993:754)

13) Julgamos ser vantajoso lembrar o facto de a informação contabilística necessitar de relatar as actividades operacionais utilizando apenas um dos métodos de apresentação: o método directo, pela reunião de valores directamente dos registos contabilísticos da empresa, o que requer por parte desta a manutenção de um sistema contabilístico que assegure o correcto registo e alocação dos influxos e dos ex fluxos de caixa logo que ocorram; ou o método indirecto, pelo ajustamento dos itens apresentados na conta de ganhos e perdas.

14) No anexo I do Regulamento n.º 93/11 da CMVM, são exibidos os métodos configurados na directriz contabilística n.º 14 para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa; todos os passos evidenciados por reticências, admitem a criação de rubricas.

15) Na tentativa de colher os benefícios de ambos os métodos, quando o relato das actividades operacionais pelo método directo for aplicável, poder-se-ia exigir a reconciliação dos resultados líquidos com os fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais.

16) (1996: 5-8)

17) (1985:11-19)

18) Por instituições com autoridade nos domínios da contabilidade.

19) (1997: 18)

20) (1983:45)

21) Excepto se existirem provas convincentes em contrário.

22) De facto as empresas não se constituem para vender o seu activo fixo, razão pela qual, na mensuração dos custos, extintos e não extintos, do activo fixo presume-se uma utilização a longo prazo.

23) (1994: 48-11)

24) Que são três, pois na norma internacional de contabilidade n.º 1, reformatada em 1994, o IASC refere-se a três pressupostos fundamentais: continuidade, acréscimo e consistência.

25) (1992: 40-41)

26) (1996: 721)

27) (1996:630)

28) Leon Hopkins (1995:7)

29) Araceli Mora Enguidanos (1994:203); parêntesis da nossa responsabilidade.

30) (1995:26)

31) (1996:30)

32) A posição do IASC não reflecte a opinião que partilhámos pois, considerar que a avaliação do desempenho é exclusivo da demonstração dos resultados resulta numa visão meramente estática.

33) A norma internacional de contabilidade n.º 7, «Demonstrações de fluxos de caixa», do IASC; a directriz contabilística n.º 14, «Demonstração dos fluxos de caixa», da CNC; e o *working document XV/6008/94-Rev.3*, «cash flow statements», do Accounting Advisory Forum (AAF). Sublinhamos que o *working document* do AAF, invoca de forma reiterada, a norma internacional do IASC.